

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO**

Contratação de serviços de suporte à gestão do Programa Agroamigo, com disponibilização de profissionais em regime de dedicação exclusiva, compreendendo a execução de atividades de apoio administrativo, técnico e gerencial, indispensáveis à sustentação da operacionalização do programa e à monitoração das operações, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

2. UNIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS) PELAS INFORMAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA

GT Estruturação da Licitação para Contratação de Operadores dos Programas de Microcrédito Crediamigo e Agroamigo.

3. UNIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS) PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

GT Estruturação da Licitação para Contratação de Operadores dos Programas de Microcrédito Crediamigo e Agroamigo.

4. UNIDADE RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO

Ambiente de Microfinança Rural.

5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente licitação justifica-se como decorrência do cumprimento ao Acórdão nº 2906/2025 do Tribunal de Contas da União, que determinou a adoção de processo competitivo para a contratação de entidades responsáveis pela operacionalização dos programas de microcrédito do Banco do Nordeste, com vistas a assegurar os princípios da isonomia, transparência, eficiência e economicidade. Nesse contexto, o Banco estruturou modelo de contratação que contempla a separação entre as atividades operacionais e aquelas relacionadas ao suporte à gestão e monitoração, em consonância com as boas práticas de governança e controles internos.

Registra-se que se encontra em andamento procedimento licitatório específico para a contratação de entidade responsável pela operacionalização do Programa Agroamigo, abrangendo atividades diretamente relacionadas à concessão e gestão das operações de microcrédito. Contudo, referido certame não contempla as atividades de suporte à gestão, monitoração, conformidade, inteligência de dados e apoio operacional, que possuem natureza distinta e demandam estrutura própria.

Dessa forma, a presente contratação faz-se necessária para assegurar a segregação de funções entre executar, monitorar e controlar, princípio essencial à mitigação de riscos operacionais, de crédito e de governança. A concentração dessas atividades em um único prestador comprometeria a independência das ações de monitoramento e controle, podendo gerar conflitos de interesse e fragilizar os mecanismos de supervisão. Assim, a divisão entre contratos distintos fortalece a estrutura de governança do Programa Agroamigo, assegurando maior confiabilidade, transparência e qualidade na execução dos serviços.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de recursos previstos em dotação orçamentária própria, sob a(s) rubrica(s): 00000571/000032 CONTRATO ADM AGROAMIGO - SERVIÇOS DE TERCEIROS.

7. VEDAÇÕES

7.1. Fica vedada à contratada a alocação de empregados para a execução dos serviços mediante contratação de pessoas jurídicas constituídas ou utilizadas com a finalidade de intermediação de mão de obra, inclusive sob a forma de subcontratação de profissionais individualmente representados por CNPJ. A contratada deverá manter vínculo empregatício regular com todos os empregados, observando integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e demais normas aplicáveis, sob pena de imediata rescisão contratual e aplicação das sanções previstas neste edital.

7.1.1. Essa medida justifica-se pela necessidade de garantir que todos os trabalhadores envolvidos na execução do contrato mantenham vínculo empregatício regular com a empresa contratada, assegurando o cumprimento integral das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de segurança do trabalho. Esse requisito protege o Banco do Nordeste contra riscos legais decorrentes de terceirização irregular de mão de obra, evita a descaracterização da relação de emprego, fortalece a rastreabilidade da força de trabalho alocada e impede práticas que possam configurar pejetização ou fraude trabalhista.

7.2. Durante toda a vigência do contrato, fica expressamente proibida a formalização ou a manutenção de Termos, Contratos, Convênios ou Parcerias que tenham por objeto a operacionalização do programa Agroamigo.

7.2.1. A vedação fundamenta-se no princípio da segregação de funções, uma vez que a Central de Suporte à Gestão, entre suas atribuições, desempenha a atividade de monitoramento das operações realizadas pelo programa de microcrédito. A acumulação simultânea das funções de monitorar e de operacionalizar ou apoiar a operacionalização poderia comprometer a independência, a objetividade e a efetividade das ações de controle, além de gerar potenciais conflitos de interesse.

7.3. Durante a vigência do contrato, é vedado à CONTRATADA celebrar ou manter Termos, Contratos, Convênios ou Parcerias cujo objeto consista na operacionalização de microcrédito ou microcrédito produtivo orientado com quaisquer instituições públicas ou privadas localizadas na área de atuação do BANCO DO NORDESTE, compreendendo a Região Nordeste, o norte de Minas Gerais e o norte do Espírito Santo.

7.3.1. Caso a CONTRATADA possua instrumentos vigentes com tal objeto, será concedido o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de formalização do contrato, para promover o respectivo encerramento.

7.3.2. A vedação prevista nesta cláusula tem por finalidade proteger a segurança da informação e a integridade dos dados, assegurando a confidencialidade, a integridade e a rastreabilidade das informações tratadas no âmbito do programa Agroamigo, bem como reduzindo riscos de dispersão, acesso indevido ou tratamento simultâneo de dados por diferentes entidades.

8. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR À PROPOSTA DE PREÇO

8.1. Documentação complementar à Proposta de Preço:

8.1.1. comprovação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), por meio da apresentação de documento apto a evidenciá-lo;

8.1.2. declaração informando o enquadramento sindical do licitante, relacionando qual a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta, bem como declaração de que é responsabilidade do licitante a veracidade das informações prestadas, conforme **Anexo** denominado **Declaração de Enquadramento Sindical e Responsabilidade**, assumindo a responsabilidade integral por eventuais erros no enquadramento sindical ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, sujeitando-se à sanção de suspensão prevista no edital;

8.1.3. cópia da carta ou do registro sindical do sindicato ao qual o licitante declara ser enquadrado:

8.1.3.1. Caso o licitante seja submetido a Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo diferente do(s) que foi(ram) utilizado(s) pelo BANCO DO NORDESTE como paradigma, para as verbas salariais e adicionais, auxílio-alimentação e demais benefícios, deve prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador.

8.2. Para comprovação da qualificação técnica, o licitante deverá apresentar:

8.2.1. atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão para o desempenho de atividade compatível com o objeto do edital;

8.2.2. cópia(s) de contrato(s), atestado(s), declaração(ões) ou outros documentos idôneos que comprove(m) que o licitante possui experiência mínima de 3 (três) anos, ininterruptos ou não, na prestação de serviços terceirizados, sendo aceito o somatório de documentos para comprovação da experiência, entretanto, os períodos concomitantes serão computados uma única vez.

8.3. Para fins de verificação da qualificação técnica, será observado o disposto a seguir:

8.3.1. considera-se atividade compatível com o objeto do Edital a prestação de serviços terceirizados com mão-de-obra com dedicação exclusiva de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) do total de profissionais a serem alocados na execução do objeto da licitação;

8.3.2. poderão ser somados os quantitativos de 2 (dois) ou mais atestado(s) para comprovação da quantidade indicada no subitem anterior, desde que os serviços tenham sido prestados no mesmo período;

8.3.3. somente será aceito o somatório de atestados de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica;

- 8.3.4. o(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, ou documento equivalente de constituição, bem como no cadastro de Pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB;
- 8.3.5. somente será(ão) aceito(s) atestado(s) expedido(s) após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;
- 8.3.6. os licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas pelo Pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) de capacidade técnica apresentado(s), podendo, para tanto, o Pregoeiro solicitar, cópia do instrumento que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos.
- 8.4. Caso o licitante também esteja participando da licitação para a contratação de serviços de suporte à Gestão Programa Crediamigo, deverá comprovar a Qualificação Técnica e a Qualificação Econômica e Financeira de forma a atender os requisitos exigidos nas duas licitações, cumulativamente.
- 8.5. Caso não seja possível ao licitante comprovar, de forma cumulativa, os requisitos de Qualificação Técnica e de Qualificação Econômico-Financeira para habilitação em ambos os editais, mas seja possível atender às exigências de apenas um deles, deverá optar pela licitação na qual deseja prosseguir, sendo obrigatoriamente inabilitado da outra.

9. MODO DE DISPUTA

Aberto.

10. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço.

11. REGIME DE EXECUÇÃO

Empreitada por preço unitário.

12. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 12.1. A solução a ser contratada deverá disponibilizar mão de obra, na forma de unidades de serviço, em regime de dedicação exclusiva, a ser alocada para a prestação de suporte à gestão e à monitoração do Programa Agroamigo, no âmbito da Central de Suporte à Gestão do Programa Agroamigo.
- 12.2. A Central de Suporte à Gestão do Programa Agroamigo será estruturada por áreas especializadas, conforme descrição das atividades nos anexos técnicos, com as seguintes atribuições principais:
- 12.2.1. Suporte Operacional e Administrativo: responsável por garantir o funcionamento das unidades do programa, prestando apoio operacional, administrativo e logístico. Atua no atendimento de demandas das unidades, gestão de infraestrutura, contratos,

materiais, sistemas e processos operacionais, além de propor melhorias e apoiar a expansão e manutenção das estruturas físicas.

12.2.2. Inteligência de Dados: responsável pela gestão, análise e disponibilização de dados do programa. Atua na construção de relatórios, dashboards e estudos analíticos, apoiando a tomada de decisão, a avaliação de desempenho e a melhoria de processos, além de dar suporte aos sistemas, bancos de dados e soluções tecnológicas.

12.2.3. Comunicação, Canais de atendimento e Pós-venda: responsável pela comunicação institucional e relacionamento com o público. Atua na gestão de canais de atendimento, produção de conteúdos, campanhas, eventos e atendimento a clientes, incluindo pós-venda, garantindo padronização, agilidade e qualidade no relacionamento e na imagem do programa.

12.2.4. Capacitação: responsável pela formação contínua das equipes e disseminação da metodologia do programa. Atua na elaboração de conteúdos, treinamentos, trilhas de aprendizagem e ações educacionais, assegurando a qualificação dos colaboradores e o alinhamento às diretrizes institucionais.

12.2.5. Monitoração e Conformidade: responsável por assegurar a conformidade dos processos, avaliando a aderência às normas, metodologia e legislação. Atua na identificação de riscos, monitorações presenciais e a distância, análise de conformidade de operações, combate a fraudes e disseminação de boas práticas, fortalecendo a governança e a qualidade das operações.

12.3. A empresa contratada deve, ainda, atuar de acordo com as boas práticas de gestão e governança e conforme a legislação vigente.

13. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, mediante celebração de termo aditivo, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições de habilitação da contratada, observado o limite máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos da legislação aplicável.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. A contratada deverá apresentar, impreterivelmente, até o último dia útil do mês da prestação dos serviços as notas fiscais/faturas em boa e devida forma, acompanhada da memória de cálculo.

14.2. O pagamento será efetuado até o dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente ao da apresentação da nota fiscal, mediante crédito em conta corrente mantida pela contratada em uma agência do Banco do Nordeste, ou em outro banco/agência/conta indicado pela contratada, não sendo admitida a cobrança por meio de boleto bancário, ficando sua liberação condicionada à total observância do contrato.

15. RECOMPOSIÇÃO

15.1. REPACTUAÇÃO

Para os itens de custo referentes à mão de obra, os preços contratados poderão ser repactuados, desde que solicitado pela contratada, mediante demonstração analítica da variação dos componentes dos custos, observado o período mínimo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento a que a proposta se referir.

15.2. REAJUSTE

- 15.2.1. O reajuste de preço será na forma de reajuste em sentido estrito, por meio de aplicação de índice de preço.
- 15.2.2. Os preços contratados serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE ou, na sua falta, de acordo com o índice que vier a substituí-lo, em conformidade com a legislação em vigor, tomando-se por base o índice vigente no mês de apresentação da proposta de preço.
- 15.2.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes poderão eleger novo índice oficial para reajustamento do preço, mediante aditivo contratual.
- 15.2.4. A CONTRATADA somente fará jus ao reajustamento do preço contratado após decorrido o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data de apresentação da proposta de preço a que a proposta se referir, bem como quando completar 1 (um) ano em relação ao último reajuste devido, se for o caso.

16. PROGRAMA DE INTEGRIDADE

- 16.1. A empresa contratada será avaliada com o objetivo de garantir que atue com os mesmos padrões de integridade praticados pelo Banco do Nordeste, especificados em seu Programa de Integridade, fortalecendo a governança e a prevenção de riscos.
- 16.2. Em decorrência do compromisso com o Programa de Integridade do Banco do Nordeste, a partir da assinatura do referido contrato, a contratada compromete-se a:
 - 16.2.1. cumprir integralmente a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e compromete-se a abster-se de práticas corruptas ou antiéticas, conforme o art. 5º da referida lei;
 - 16.2.2. conhecer, respeitar e divulgar o Código de Conduta Ética e Integridade do BNB, exigindo o mesmo de seus empregados e disseminando conhecimento sobre integridade e ética entre seus colaboradores;
 - 16.2.3. evitar qualquer tipo de vantagem indevida e a cooperar com investigações em caso de denúncias ou suspeitas de irregularidades;
 - 16.2.4. cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, proibir trabalho infantil, análogo à escravidão ou exploração sexual, adotar práticas de sustentabilidade ambiental e impedir conflitos de interesse, como vínculos familiares com empregados do BNB;
 - 16.2.5. conhecer e divulgar entre os seus colaboradores os meios de acesso às políticas, diretrizes, ouvidoria e canal de denúncia disponíveis no portal institucional do BNB, bem como a cooperar com investigações, respondendo prontamente a eventuais irregularidades;
 - 16.2.6. atuar com transparência nas relações contratuais e respeitando as políticas e diretrizes do BNB;

- 16.2.7. reconhecer e concordar que o BNB realizará monitoramento contínuo da execução contratual e de sua aderência ao Programa de Integridade, que poderá aplicar sanções e impedir novas contratações em caso de irregularidades.
- 16.3. A contratada possuirá um prazo de carência de 90 dias, contados a partir da assinatura do contrato, para implementação completa das medidas necessárias para o efetivo cumprimento das medidas acima.
- 16.4. A fiscalização do contrato poderá apurar a aderência ao Programa de Integridade pela contratada a qualquer momento durante a execução contratual, respeitado o prazo de carência previsto, inclusive com o requerimento de evidências que corroborem o fiel cumprimento das medidas discriminadas no subitem 16.2.
- 16.4.1. Após a notificação formal sobre a apuração da prática do Programa de Integridade, a contratada terá um prazo de 30 dias para apresentar a documentação comprobatória do cumprimento das medidas;
- 16.4.2. Se a documentação não for enviada no tempo devido ou caso seja constatado o não cumprimento das medidas previstas, a contratada terá um prazo adicional de 30 dias para adequação das inconformidades apontadas pela fiscalização;
- 16.4.3. A não regularização das inconformidades após a decorrência do prazo, poderá ensejar sanções administrativas e rescisão contratual.

17. GARANTIA CONTRATUAL

Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, o CONTRATADO deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério do BANCO, a contar do início da vigência do Contrato, comprovante de prestação de garantia de execução equivalente 5% (cinco por cento) do preço global contratado.

18. SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida subcontratação de parcela do objeto do instrumento contratual.

19. ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

- 19.1. Para assegurar o nível de qualidade da prestação dos serviços contratados, a empresa será avaliada trimestralmente, a partir de elaboração de relatório de avaliação contendo os indicadores previstos nos Anexos denominados Indicador de Qualidade do Serviço Prestado e Relatório Trimestral de Avaliação dos Serviços Prestados.
- 19.2. A partir do início da prestação dos serviços contratados será considerado como Período de Carência o prazo de 90 (noventa) dias corridos para a CONTRATADA ajustar os serviços e atuar de forma proativa nas correções e melhorias necessárias.
- 19.3. Após o Período de Carência, os serviços deverão estar estruturados visando à manutenção da qualidade dos serviços, destacando que o resultado da apuração em desacordo com a meta desejável, será considerado descumprimento de Contrato, sujeito às penalidades previstas no Contrato e seus Anexos, além dos descontos devidos na fatura.
- 19.4. As avaliações de que tratam os Anexos denominados Indicador de Qualidade do Serviço Prestado e Relatório Trimestral de Avaliação dos Serviços Prestados serão realizadas pelo

CONTRATANTE e apresentados à CONTRATADA trimestralmente, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao período avaliado.

19.5. O CONTRATANTE poderá, a seu critério, avaliar e ajustar estes níveis de serviços, podendo para isso, basear-se no desempenho da CONTRATADA, nos dados históricos e nos resultados a serem alcançados e produzidos no decorrer do restante do Contrato.

19.5.1. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a vigência do Contrato, os níveis de prestação de serviços iguais ou superiores a 40 (quarenta) pontos.

19.5.2. Após o Período de Carência, caso a CONTRATADA não atinja a meta fixada, o CONTRATANTE aplicará desconto e/ou multa, diretamente no valor da Nota Fiscal dos serviços, nos percentuais a seguir indicados:

Resultado do fator de qualidade	Igual ou superior a 40	30 a 39	21 a 29	Abaixo de 20
Desconto Aplicado % NA FATURA MENSAL	0	1	5	10
Classificação	ESPERADO	BAIXO IMPACTO	MÉDIO IMPACTO	ALTO IMPACTO

19.5.3. a aplicação de descontos e/ou multas descritos neste item será feita nas notas fiscais/faturas do mês subsequente ao do período avaliado.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto do Contrato, o Banco do Nordeste poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

20.1.1. advertência;

20.1.2. multa de **0,07% (sete centésimos por cento)**, aplicável sobre o preço global contratado, por dia de atraso, pela inobservância do prazo fixado para apresentação ou reposição da garantia contratual, limitada a **2% (dois por cento)**;

20.1.3. multa de até **1% (um por cento)** ao dia, aplicável sobre o valor apurado para pagamento no mês em que se verificar a ocorrência faltosa, em caso de pagamento de salários após o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, atraso no pagamento das férias e 13º salário e no fornecimento de vale-refeição (que devem ser disponibilizados no 1º dia útil de cada mês), de vale-transporte e fardamenta, quando for o caso, limitada a **10% (dez por cento)**;

20.1.4. multa de até **10% (dez por cento)**, aplicável sobre o valor apurado para pagamento no mês em que se verificar a ocorrência faltosa, em caso de atraso ou não pagamento de demais verbas trabalhistas, bem como de não comprovação do recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS;

20.1.5. multa de até **10% (dez por cento)**, aplicável sobre o valor apurado para pagamento no mês em que se verificar a ocorrência faltosa, nas demais violações ou descumprimentos de cláusula(s) ou condição(ões) estipulada(s) no contrato;

- 20.1.6. multa de até **10% (dez por cento)**, aplicável sobre o preço global contratado, em caso de inexecução total do contrato;
- 20.1.7. suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Banco do Nordeste pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 20.2. Outros redutores de pagamento poderão ser aplicados em função do descumprimento dos índices de resultados, conforme descritos no Anexo denominado Instrumento de Medição de Resultados.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1. O preço estimado desta contratação possui caráter sigiloso até a fase de homologação do certame, permitindo-se sua divulgação na fase de negociação, quando conveniente para o Banco do Nordeste.
- 21.2. A contratada deverá destinar 8% (oito por cento) das vagas previstas nesta contratação exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica, termos da regulamentação estabelecida no contrato, em conformidade com o art. 3º do Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, com as alterações promovidas pelo Decreto nº 12.516, de 17 de junho de 2025.
- 21.3. Deverão ser observadas, pela contratada, todas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018), bem como as diretrizes e medidas descritas no Anexo Técnico específico, comprometendo-se a tratar os dados pessoais eventualmente acessados ou coletados exclusivamente para as finalidades previstas nesta contratação, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger tais informações contra acessos não autorizados, vazamentos, perda, alteração ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, respondendo integralmente por eventuais danos decorrentes do descumprimento dessas obrigações.